

UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.022-005>

Carlos José Silva dos Santos

Especialista em Ensino Religioso e em Sociologia
Mestrando em Ciências da Educação pela ULDV
E-mail: carlos.santos24247@edu.itajai.sc.gov.br
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/4154111365444250>

Sheila Mendonça da Silva

Especialista em Gestão Ambiental e em Educação Infantil
Mestranda em Ciências da Educação pela ULDV
E-mail: sheila.msilva@educador.edu.es.gov.br

Silvia Camilla de Oliveira Pereira

Especialista em Nutrição Clínica. Nutricionista da Universidade Federal da Bahia
Mestranda em Ciências da Educação pela ULDV
E-mail: silviacamilla@hotmail.com

Simone Braga

Especialista em Educação Especial, em Cultura e História dos Povos Indígenas
Mestranda em Ciências da Educação pela ULDV
E-mail: simoneprofessora55@gmail.com

Plínio da Silva Andrade

Especialista em Ed. Especial, Neuropsicologia e Neuropsicopedagogia Clínica e Gestão Educacional
Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo da Vinci, Paraguai
Diretor Pedagógico no 3º Colégio da Polícia Militar do Paraná, em Cornélio Procopio – PR
E-mail: plinio.andrade@escola.pr.gov.br
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2780969651959606>

Márcio Luiz Oliveira de Aquino

Doutor em Ciências da Educação da Universidade Leonardo da Vinci de Assunção - Paraguai
Mestre em Educação pela Universidade Leonardo da Vinci de Assunção - Paraguai
Especialista em Educação Especial Instituto Libera Limes Campo Grande MS Brasil
Professor de pós-graduação da Universidade Leonardo da Vinci – PY
E-mail: marcionpatea@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3729385208193785>

RESUMO

O artigo reúne três reflexões sobre temas transversais na educação brasileira, com base na BNCC e em documentos curriculares estaduais. O primeiro texto discute como cidadania, ética e cultura são abordadas nas disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso, destacando o papel da escola na formação crítica e no respeito à diversidade. O segundo texto analisa o ensino de Ciências da Natureza com foco na sustentabilidade e na educação ambiental, evidenciando a convergência entre diretrizes federais e estaduais e propondo metodologias ativas para promover o engajamento dos estudantes. Já o terceiro texto trata da



Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como prática pedagógica essencial, articulada por programas como o PNAE e o PSE, e enfatiza a importância da formação docente e da interdisciplinaridade para consolidar hábitos saudáveis. Em conjunto, os textos reforçam a necessidade de uma educação integral, crítica e conectada com os desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Educação integral; Interdisciplinaridade; Temas transversais.



1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um marco regulatório fundamental para a educação brasileira, estabelecendo as aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica. De caráter normativo, a BNCC orienta a formulação de currículos com o intuito de promover uma formação humana integral e contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nesse contexto, a implementação curricular enfrenta o desafio de integrar os temas contemporâneos transversais, como cidadania, ética, cultura, sustentabilidade e nutrição, de forma que transcendam a mera transmissão de conteúdo e permeiem todo o processo educativo. O artigo, que reúne três reflexões sobre esses temas transversais, reforça a necessidade de uma educação crítica e conectada com os desafios contemporâneos.

A transversalidade desses temas exige uma abordagem que articule diferentes áreas do conhecimento, estimulando a interdisciplinaridade. No entanto, essa integração não é isenta de obstáculos, incluindo a necessidade de formação docente continuada e a articulação entre diretrizes federais e realidades regionais. Diante desse cenário complexo, surge o seguinte problema de pesquisa: Como os temas transversais críticos, especificamente cidadania, ética e cultura (nas áreas de Sociologia e Ensino Religioso), sustentabilidade e educação ambiental (em Ciências da Natureza), e Educação Alimentar e Nutricional (EAN), são articulados e implementados na Educação Básica, e quais são os principais desafios e potencialidades observados nessa perspectiva inter e transdisciplinar?

Dessa forma, o presente trabalho tem como Objetivo Geral analisar, sob um olhar inter e transdisciplinar, os desafios e as potencialidades da implementação curricular dos temas transversais na Educação Básica, conforme preconizado pela BNCC e documentos relacionados. Para alcançar tal propósito, foram delineados os seguintes Objetivos Específicos: 1) Analisar a manifestação dos temas de cidadania, ética e cultura nas disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso, examinando as competências gerais da BNCC e as diretrizes curriculares; 2) Estabelecer um paralelo entre as orientações nacionais, como a Matriz SAEB e documentos federais, e o Currículo do Estado do Espírito Santo (ES) no tratamento da sustentabilidade e educação ambiental no ensino de Ciências da Natureza; e 3) Discutir o papel da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como prática pedagógica essencial, transversal, e as implicações da formação de professores neste contexto.

A Justificativa deste estudo reside na urgência de compreender a efetivação dos pilares da educação integral e da cidadania ativa no ambiente escolar. A análise detalhada das convergências conceituais e temáticas entre a BNCC e os currículos estaduais (como o do Espírito Santo, no caso da sustentabilidade), bem como a investigação da necessidade de uma abordagem multiprofissional e contextualizada em áreas críticas como a EAN, oferecem subsídios relevantes para a qualificação das práticas pedagógicas e para a superação das limitações estruturais e de formação que permeiam a implementação curricular. A integração



desses temas é crucial para formar indivíduos capazes de compreender e transformar a realidade, promovendo a justiça social e o bem-estar.

Em uma Breve Revisão Teórica, salienta-se que a BNCC estabelece dez Competências Gerais que servem de alicerce para a formação integral, onde elementos como cidadania, ética e cultura são intrínsecos e transversais. A interdisciplinaridade é vista como um fator chave, sendo o Ensino Religioso, por exemplo, um espaço oportuno para seu exercício, e a EAN exigindo um caráter transdisciplinar e multiprofissional para estimular hábitos saudáveis. A BNCC concebe a cidadania, a ética e a cultura não como temas isolados, mas como dimensões que preparam os discentes para atuar de forma consciente na sociedade. Adicionalmente, o marco legal da Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 13.666/2018) consolida a EAN como tema transversal indispensável, reforçada por programas como o PNAE e o PSE, exigindo que a nutrição seja incorporada em diversas disciplinas para uma aprendizagem contextualizada. Finalmente, a sustentabilidade e a educação ambiental são reconhecidas como eixos estruturantes, cuja transversalidade é defendida por documentos federais e estaduais.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma **pesquisa teórica de natureza bibliográfica e documental**, com abordagem qualitativa, essencial para artigos acadêmicos. Seu objetivo foi analisar a implementação curricular dos temas contemporâneos transversais na Educação Básica, conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e documentos correlatos.

A metodologia foi estruturada em três eixos de análise independentes, mas convergentes, que refletem as reflexões reunidas no artigo:

1. **Análise Documental sobre Cidadania, Ética e Cultura.**
 - Este eixo concentrou-se na análise das **Competências Gerais da Educação Básica** presentes na BNCC, buscando identificar elementos intrínsecos de cidadania, ética e cultura.
 - Focou-se especificamente no exame das diretrizes da **área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Sociologia)** e das especificidades do **componente curricular de Ensino Religioso** no Ensino Fundamental, utilizando o documento BNCC (2017/2018) como principal fonte primária para identificar convergências na promoção desses valores e conhecimentos.
2. **Estudo Comparativo sobre Sustentabilidade e Educação Ambiental.**
 - Esta etapa consistiu em um **estudo comparativo e de paralelo** entre **orientações federais** e o **Currículo do Estado do Espírito Santo (ES)** para o Ensino Médio.
 - As fontes documentais federais incluíram o material “Meio Ambiente” do Ministério da Educação e a **Matriz de Referência de Ciências da Natureza do SAEB**.



- A análise buscou identificar pontos de convergência, valores comuns, estrutura temática, competências e habilidades, e ênfases regionais no tratamento da sustentabilidade e educação ambiental no âmbito das Ciências da Natureza.
3. **Investigação da Transversalidade da Educação Alimentar e Nutricional (EAN).**
- O terceiro eixo abordou a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como prática pedagógica essencial e tema transversal, caracterizado por ser um conjunto de ações contínuas, permanentes, de **caráter transdisciplinar e multiprofissional**.
 - Foram revisados o **marco legal da EAN** (incluindo a Lei nº 13.666/2018), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e documentos de políticas públicas relevantes, como o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, o **Programa Saúde na Escola (PSE)** e o **Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas**.
 - A pesquisa também recorreu a estudos (Moura et al., 2020; Boff et al., 2021; Araújo e França, 2024) para discutir os desafios relativos à **formação inicial de professores** e a abordagem da EAN em materiais pedagógicos, como livros didáticos.

Em sua totalidade, a metodologia adotada permitiu a articulação e a discussão da **interdisciplinaridade** requerida pela BNCC para a formação integral, baseando-se em evidências e diretrizes documentais nacionais e regionais.

3 A BNCC E A ABORDAGEM DA CIDADANIA, DA ÉTICA E DA CULTURA. UM OLHAR SOBRE A SOCIOLOGIA E AO ENSINO RELIGIOSO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco regulatório fundamental para a educação brasileira, estabelecendo as aprendizagens essenciais que todos os discentes devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Este documento, de caráter normativo, orienta a formulação dos currículos e propostas pedagógicas em todo o país, visando a uma formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nesse contexto, a abordagem de temas como cidadania, ética e cultura assume uma relevância central, pois são pilares para o desenvolvimento de indivíduos conscientes, críticos e engajados na sociedade.

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a BNCC trata os temas de cidadania, ética e cultura, com um foco específico na sua manifestação e desenvolvimento nas disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso. Para tanto, serão examinadas as Competências Gerais da Educação Básica, as diretrizes para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (com ênfase na Sociologia) e as especificidades do componente curricular de Ensino Religioso, buscando identificar as convergências e particularidades na promoção desses valores e conhecimentos.

A BNCC estabelece dez Competências Gerais da Educação Básica que devem ser desenvolvidas de forma integrada ao longo de toda a trajetória escolar. Essas competências servem como um alicerce para a formação integral dos discentes, permeando todas as áreas do conhecimento e componentes curriculares. A cidadania, a ética e a cultura são elementos intrínsecos a várias dessas competências, refletindo o compromisso do documento com a uma educação que transcende a mera transmissão de conteúdos.

Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC, pag. 2



Como se vê no quadro acima, as dez Competências Gerais da Educação Básica, e as competências gerais que mais explicitamente abordam os temas que tratamos nesse trabalho são:

Competência 1: Conhecimento – Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Esta competência ressalta a importância do conhecimento cultural e social como base para a participação cidadã e a construção de uma sociedade mais equitativa.

Competência 3: Repertório Cultural – Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. Esta competência promove diretamente a valorização da cultura em suas múltiplas formas, incentivando o respeito e a participação ativa na vida cultural.



Competência 5: Cultura Digital – Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. A dimensão ética e o exercício da cidadania no ambiente digital são aqui enfatizados.

Competência 6: Trabalho e Projeto de Vida – Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. A valorização da diversidade cultural e o exercício da cidadania são conectados à construção do projeto de vida do estudante.

Competência 7: Argumentação – Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Esta competência é um pilar para a formação ética e cidadã, ao promover o diálogo, o respeito aos direitos humanos e a responsabilidade socioambiental.

Competência 9: Empatia e Cooperação – Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. Esta competência é crucial para a construção de uma cultura de paz e o respeito à diversidade cultural e identitária, elementos essenciais da cidadania e da ética.

Competência 10: Responsabilidade e Cidadania – Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Esta competência sintetiza a formação para a cidadania ativa, pautada em princípios éticos e democráticos.

Essas competências demonstram que a BNCC concebe a cidadania, a ética e a cultura não como temas isolados, mas como dimensões transversais que devem permear todo o processo educativo, preparando os discentes para atuar de forma consciente e responsável na sociedade. A inter-relação entre elas é fundamental para a formação de indivíduos capazes de compreender e transformar a realidade, respeitando a diversidade e promovendo a justiça social.

Já a Sociologia, como componente curricular do Ensino Médio, está inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que, conforme a BNCC, tem como propósito aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre com uma "formação ética" como norte. Esta área



é concebida para promover a "justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza". (MEC, 2018)

A Sociologia, ao analisar as estruturas e dinâmicas sociais, oferece um campo fértil para o desenvolvimento da cidadania e da ética. A BNCC propõe que os discentes desenvolvam a capacidade de "estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas – elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade". (MEC, 2018). Isso implica em:

Análise Crítica das Relações Sociais: A disciplina capacita os alunos a investigar e questionar as normas, valores e instituições sociais, compreendendo como elas influenciam a vida individual e coletiva. Essa análise crítica é fundamental para o exercício de uma cidadania ativa e consciente, que busca a transformação social e a promoção da justiça.

Promoção dos Direitos Humanos: A Sociologia aborda as desigualdades sociais, os conflitos e as formas de exclusão, incentivando a reflexão sobre a importância dos direitos humanos como base para uma sociedade mais justa e equitativa. O estudo de movimentos sociais e lutas por direitos contribui para a formação de cidadãos engajados na defesa desses princípios.

Responsabilidade Social e Protagonismo: A BNCC enfatiza a necessidade de os discentes "mobilizar diferentes linguagens... e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas". A Sociologia, ao explorar temas como participação política, movimentos sociais e organização comunitária, estimula o protagonismo juvenil e a responsabilidade coletiva na construção de soluções para os desafios sociais.

A cultura é um conceito central na Sociologia, e a BNCC reconhece sua importância ao incluir a categoria "Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética" como um dos eixos temáticos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A disciplina permite que:

Compreensão da Diversidade Cultural: A Sociologia explora a pluralidade de manifestações culturais, crenças, valores e modos de vida presentes na sociedade brasileira e global. Ao estudar as "razões e os motivos (materiais e imateriais) responsáveis pela formação de uma sociedade, de sua língua, seus usos e costumes", e a "lógica que produz a diversidade", os discentes desenvolvem uma visão mais ampla e respeitosa das diferentes culturas.

Combate a Preconceitos e Intolerância: A análise sociológica das identidades e alteridades, bem como dos processos de construção social do preconceito e da discriminação, é crucial para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e acolhimento. A disciplina contribui para desconstruir estereótipos e promover a valorização da diversidade em todas as suas dimensões.



Interculturalidade: A BNCC promove a capacidade de "estabelecer diálogos... saberes e culturas distintas", e a Sociologia, ao estudar as interações entre diferentes grupos culturais, fomenta a interculturalidade como um princípio para a convivência pacífica e o enriquecimento mútuo.

Em suma, a Sociologia, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos, éticos e culturalmente sensíveis, capazes de compreender a complexidade do mundo social e de atuar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Ensino Religioso, como área de conhecimento no Ensino Fundamental, possui uma função educacional específica: "assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos", sendo parte integrante da formação básica do cidadão. A BNCC estabelece objetivos claros para esta disciplina, que se alinham diretamente com a promoção da cidadania, ética e cultura. Essa abordagem é reforçada pela percepção de que o Ensino Religioso, ao trabalhar transversalmente os temas contemporâneos propostos pela própria BNCC, auxilia na formação integral e cidadão do ser humano, conforme estabelece Souza et al.

O Ensino Religioso, ao trabalhar transversalmente temas contemporâneos, auxilia na formação integral do ser humano. Além disso, o Ensino Religioso se mostra como espaço oportuno do processo de educação para exercitar e vivenciar a interdisciplinaridade no contexto escolar. (SOUZA, SCHMITT, & KLEMZ, 2023) .

Os objetivos do Ensino Religioso na BNCC demonstram um forte compromisso com a formação ética e cidadã dos discentes:

Promoção dos Direitos Humanos e Liberdade de Consciência: Um dos objetivos é "Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos". Isso é fundamental para a construção de uma cidadania que respeita as liberdades individuais e coletivas, especialmente no que tange à dimensão religiosa.

Diálogo e Pluralismo de Ideias: A disciplina busca "Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal". Este aspecto é crucial para a formação de cidadãos capazes de conviver em uma sociedade plural, respeitando as diferentes visões de mundo.

Construção de Sentidos Pessoais e Princípios Éticos: O Ensino Religioso deve "Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania". Isso evidencia a preocupação com a formação de indivíduos que pautam suas ações em valores éticos sólidos, essenciais para o exercício da cidadania responsável.



Combate à Intolerância e Discriminação: A disciplina adota a pesquisa e o diálogo para "problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão". A Competência Específica de número 6, do Ensino Religioso reforça a necessidade de "Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz". (MEC, 2018)

A abordagem cultural e da diversidade é intrínseca ao Ensino Religioso, que se propõe a estudar os fenômenos religiosos como parte do "substrato cultural da humanidade".

Conhecimento e Valorização das Manifestações Religiosas: O Ensino Religioso visa "Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos". Isso inclui o estudo de "cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais".

Interculturalidade e Ética da Alteridade: A BNCC destaca que "a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida". A disciplina busca "o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz".

Reconhecimento e Respeito às Alteridades: As unidades temáticas do Ensino Religioso, como "Identidades e alteridades", buscam que os discentes "reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades)". A Competência Específica de número 4 enfatiza "Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver".

Em síntese, o Ensino Religioso, conforme a BNCC, transcende uma abordagem confessional para se tornar um espaço de diálogo, respeito à diversidade cultural e religiosa, e formação ética e cidadã, contribuindo para que os discentes compreendam a complexidade do fenômeno religioso e sua influência na construção das sociedades e culturas.

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revela um compromisso explícito e abrangente com a promoção da cidadania, ética e cultura em todas as etapas da Educação Básica. Esses temas não são tratados como apêndices curriculares, mas como eixos estruturantes que permeiam as Competências Gerais e se desdobram nas diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares.

As Competências Gerais da Educação Básica estabelecem um arcabouço fundamental, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico, o respeito à diversidade, a empatia, o diálogo, a responsabilidade socioambiental e a atuação autônoma e solidária. A valorização dos conhecimentos historicamente



construídos, das manifestações culturais e o uso ético das tecnologias digitais são elementos que, em conjunto, visam formar cidadãos engajados e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No que tange às disciplinas específicas, a Sociologia, inserida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio, desempenha um papel crucial. Ela oferece as ferramentas conceituais e metodológicas para que os discentes analisem criticamente as estruturas sociais, compreendam as dinâmicas de poder, as desigualdades e as diversas manifestações culturais. A disciplina fomenta o diálogo, o respeito aos direitos humanos e o combate a preconceitos, capacitando os alunos a exercerem uma cidadania ativa e a adotarem uma conduta ética em suas interações sociais. A Sociologia, portanto, é um espaço privilegiado para aprofundar a compreensão da complexidade cultural e da importância da alteridade.

O Ensino Religioso, por sua vez, no Ensino Fundamental, transcende uma perspectiva confessional para se consolidar como um componente curricular que promove o respeito à diversidade cultural religiosa e a liberdade de consciência. Seus objetivos e competências específicas enfatizam o diálogo entre diferentes perspectivas de vida, a construção de valores éticos e a promoção dos direitos humanos. Ao estudar os fenômenos religiosos como parte integrante do patrimônio cultural da humanidade, a disciplina contribui para o combate à intolerância, à discriminação e à exclusão, cultivando a interculturalidade e a ética da alteridade como pilares para a convivência democrática e a cultura de paz.

A BNCC, ao integrar a cidadania, a ética e a cultura de forma transversal e específica nas disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso, busca formar indivíduos capazes de compreender e atuar em um mundo complexo e plural. A interconexão desses temas nessas disciplinas é essencial para o desenvolvimento de uma consciência crítica, do respeito às diferenças e do engajamento em práticas que visem ao bem comum, consolidando os princípios de uma educação verdadeiramente integral e transformadora.

4 CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS DA NATUREZA. ONDE O CURRÍCULO FEDERAL E O ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO SE ENCONTRAM

A promoção da sustentabilidade e da educação ambiental aparece atualmente como um dos eixos estruturantes da educação brasileira. Tanto os documentos federais quanto os currículos estaduais reconhecem a relevância de preparar discentes para compreender, analisar e intervir criticamente em questões socioambientais.

Este trabalho estabelece um paralelo entre as orientações nacionais, presentes em documentos como o material “Meio Ambiente” do Ministério da Educação e a Matriz de Referência de Ciências da Natureza do SAEB, e o Currículo do Estado do Espírito Santo para o Ensino Médio. Busca-se identificar pontos de



convergência, ênfases regionais e implicações para a prática pedagógica no âmbito das Ciências da Natureza.

Tanto os documentos federais quanto o currículo estadual reconhecem a educação ambiental como obrigação constitucional e como prioridade educativa, vinculada à formação de cidadãos críticos. O documento nacional destaca a importância da Constituição Federal de 1988 e da Rio-92, enquanto o Currículo do Espírito Santo reforça a integração da BNCC e apresenta competências específicas voltadas à sustentabilidade.

Os eixos da Matriz SAEB, organizados em “Matéria e Energia”, “Vida e Evolução” e “Terra e Universo”, encontram correspondência no Currículo do Espírito Santo. O alinhamento garante coerência conceitual e facilita a articulação entre avaliações nacionais e práticas locais.

Ambos os documentos valorizam a superação da simples memorização, enfatizando análise crítica, julgamento ético e proposição de soluções. A Matriz SAEB descreve níveis cognitivos de complexidade crescente. O currículo capixaba, por meio de competências codificadas (CE01 a CE03), amplia essa lógica e insere a análise de questões ambientais locais e globais.

O documento “Meio Ambiente” defende a transversalidade da temática ambiental e a adoção de metodologias participativas. O currículo estadual também orienta para aprendizagem por investigação, projetos e uso de tecnologias digitais. Essa convergência fortalece a integração teoria-prática e o vínculo da escola com a realidade regional.

Enquanto os textos federais apresentam diretrizes gerais, o currículo capixaba traduz preocupações globais em prioridades regionais, como análise de matrizes energéticas, impactos de monoculturas e problemas decorrentes de arranjos produtivos locais. Essas especificidades reforçam o vínculo do ensino com a realidade socioeconômica do Espírito Santo.

A Matriz SAEB orienta processos avaliativos graduados em três níveis cognitivos, do reconhecimento à proposição de soluções. O currículo capixaba, ao organizar habilidades e competências codificadas, dialoga com essa tipologia, favorecendo práticas avaliativas que valorizem a aplicação do conhecimento em situações reais.

Recomendações práticas para docente

- Utilizar problemas ambientais locais como ponto de partida para projetos interdisciplinares.
- Integrar competências do currículo do ES com os eixos da Matriz SAEB.
- Priorizar avaliações que exijam interpretação de dados, elaboração de hipóteses e proposição de soluções.
- Relacionar conteúdos escolares com políticas públicas locais, fortalecendo a cidadania ativa.



4.1 LIMITAÇÕES E DESAFIOS

Os documentos oferecem bases teóricas e operacionais consistentes, mas os desafios incluem a formação continuada de docentes, disponibilidade de recursos e articulação intersetorial. Recomenda-se que escolas capixabas utilizem as habilidades codificadas do currículo estadual como guia para projetos locais, articulando-os aos princípios da BNCC e à Matriz SAEB.

A análise evidencia que há ampla convergência entre as orientações nacionais e o Currículo do Espírito Santo no tratamento da educação ambiental e da sustentabilidade no ensino de Ciências da Natureza. O currículo estadual, entretanto, acrescenta ênfases regionais que aproximam as diretrizes globais da realidade capixaba.

Essa integração fortalece a formação de discentes capazes de compreender fenômenos naturais e sociais, avaliar riscos e propor soluções contextualizadas. A consolidação desse processo depende da efetiva implementação de práticas pedagógicas inovadoras e do apoio às escolas e docentes.

5 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO ESCOLAR. A NUTRIÇÃO COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO

A alimentação é um aspecto fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do ser humano. Para criação de hábitos alimentares saudáveis, é indispensável que a alimentação adequada seja praticada desde a infância. Por conta disso, a escola tem um papel de destaque para a prática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

A EAN é definida como um conjunto de ações contínuas e permanentes, com caráter transdisciplinar e multiprofissional, que visam estimular práticas alimentares saudáveis e adequadas no ambiente escolar (BRASIL, 2020). A sua inclusão como tema transversal na educação básica foi consolidada pela Lei nº 13.666/2018, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destacando a importância de integrar o tema à formação dos estudantes desde as séries iniciais (BRASIL, 2018).

Ao ser incorporada ao ambiente escolar, a EAN pode melhorar a qualidade de vida de uma comunidade, promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis, incentivando escolhas conscientes e o cuidado com a saúde. Nesse contexto, a nutrição deve ser compreendida não apenas como um tema isolado das ciências biológicas ou da educação física, mas como um tema transversal a ser incorporado em diversas disciplinas escolares. A transversalidade permite uma abordagem ampla e integrada, essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e saudáveis.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), temas como saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e ética passaram a ser considerados **temas transversais** e, portanto, devem ser tratados em todas as áreas do conhecimento, pois dizem respeito à vida social dos estudantes e à formação cidadã (BRASIL, 1998). Ao ser integradas às disciplinas tradicionais, a alimentação, inicialmente



abordada sob o aspecto da saúde, começou a ser reconhecida como um tema multidimensional, englobando aspectos nutricionais, culturais e socioeconômicos.

Dentre as estratégias que visam garantir o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional da população, estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Saúde na Escola (PSE), além de importantes publicações como a Portaria Interministerial nº 1.010 13, de 8 de maio de 2006, a Lei nº 11.947/2009/FNDE e, mais recentemente, a Resolução nº 26/2013/FNDE e a Lei 13.666/2018.

O PNAE constitui-se como uma das principais estratégias brasileiras para a promoção da alimentação saudável, através do uso de alimentos variados, seguros e culturalmente adequados, que promovam hábitos saudáveis, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar dos alunos, tudo isso associado com realização de atividades de EAN no cotidiano escolar. (BRASIL, 2009).

Segundo a Resolução FNDE nº 6/2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, a alimentação escolar deve também ter caráter pedagógico, estimulando a integração da EAN no currículo de maneira transversal (BRASIL, 2020).

O Decreto nº 6.286/2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), tem como objetivo promover a saúde e a educação integral dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da articulação entre os setores da saúde e da educação (BRASIL, 2007). Ao integrar ações voltadas para a prevenção, promoção e atenção à saúde, o programa contribui para a melhoria da qualidade de vida dos alunos. Além disso, o PSE favorece o trabalho conjunto e contínuo entre essas áreas, ampliando as possibilidades de atuação em EAN.

Um avanço para as ações de EAN, o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, elaborado em 2012, estabelece princípios que orientam a implementação de práticas educativas em diversos setores, exigindo dos profissionais a articulação entre teoria e realidade, a fim de qualificar os processos formativos em EAN.

Para reforçar essa abordagem, com publicação em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolidou a EAN como tema transversal no currículo brasileiro através da inclusão de competências que valorizam a promoção da saúde, o consumo consciente e a sustentabilidade, incentivando que os professores desenvolvam projetos interdisciplinares que contemplem a EAN.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais introduziram a abordagem de temas interdisciplinares que interligam várias as áreas do conhecimento, buscando formar cidadãos conscientes em relação a saúde, a questões sociais, ambientais e éticas. A transversalidade da nutrição visa não apenas transmitir conhecimentos científicos sobre alimentação, mas fomentar a construção de hábitos saudáveis.

Ao integrar o conteúdo de nutrição e alimentação em diferentes disciplinas, promove-se uma aprendizagem contextualizada e significativa. Por exemplo, durante as aulas de ciências, estuda-se o



sistema digestório, nutrientes, metabolismo e doenças relacionadas à alimentação. Em matemática, trabalha-se a leitura e interpretação de rótulos nutricionais, cálculos de porções e análise estatística de hábitos alimentares. Em português, os alunos produzem textos sobre alimentação e realizam a leitura crítica de propagandas de alimentos ultraprocessados. Em história e geografia, investiga-se a evolução dos hábitos alimentares, a cultura alimentar e os impactos socioambientais da produção de alimentos. Na educação física, explora-se a relação entre nutrição, desempenho físico e bem-estar. Já em artes, são criadas campanhas e projetos visuais que incentivam práticas alimentares saudáveis.

É imprescindível que a formação acadêmica dos professores inclua conteúdos que os capacitem a trabalhar esse tema com segurança. Entretanto, estudos apontam que a formação inicial de professores ainda carece de conteúdos estruturados sobre EAN. Moura et al. (2020) identificaram que cursos de licenciatura em Pedagogia raramente contemplam de forma sistemática essa temática, dificultando a inserção efetiva no currículo escolar. Já Boff et al. (2021) verificaram que, nos livros didáticos do ensino fundamental, a abordagem da EAN é limitada e frequentemente centrada em aspectos biomédicos, deixando de lado dimensões culturais e sociais da alimentação.

De acordo com Araújo e França (2024), os temas ligados à Alimentação e Nutrição começaram a ser inseridos recentemente no contexto escolar. Muitos professores relataram que não tiveram contato com esses assuntos durante sua formação acadêmica, o que resultou em um conhecimento limitado e superficial sobre alimentação saudável.

O Guia Alimentar para a População Brasileira é uma ferramenta essencial para as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), pois apresenta orientações claras, atualizadas e culturalmente adequadas sobre alimentação saudável. Voltado para toda a população, ele pode ser utilizado por professores para promover hábitos alimentares saudáveis. Segundo Araújo e França (2024), o Guia é um instrumento pedagógico e político eficaz para ações de EAN, especialmente quando aliado a metodologias ativas, promovendo maior segurança dos professores ao abordarem o tema de forma interdisciplinar e participativa.

A inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas instituições de ensino estimula o protagonismo dos estudantes na construção de uma cultura alimentar mais equilibrada, além de reforçar o papel da escola na promoção da saúde e na prevenção de doenças associadas à má alimentação (SANTOS e COUTINHO, 2025).

A EAN, enquanto tema transversal, potencializa a promoção da saúde e a aprendizagem significativa dos estudantes. Sua efetividade depende de políticas públicas robustas, formação docente qualificada e materiais pedagógicos contextualizados. A integração entre setores da saúde e da educação, aliada ao uso de metodologias participativas, constitui-se como estratégia fundamental para transformar o ambiente escolar em um espaço de promoção de hábitos alimentares saudáveis.

6 CONCLUSÃO

A análise da implementação curricular dos temas transversais demonstrou o compromisso explícito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a formação humana integral. O artigo, ao reunir três reflexões independentes, mas convergentes, reforça a necessidade de uma educação crítica e conectada com os desafios contemporâneos. Constatou-se que temas como cidadania, ética, cultura, sustentabilidade e nutrição não são apêndices curriculares, mas sim dimensões que devem permear todo o processo educativo, exigindo uma abordagem tanto inter, quanto transdisciplinar que transcenda a mera transmissão de conteúdo. Essa interconexão é crucial para formar indivíduos capazes de compreender e transformar a realidade, promovendo a justiça social e o bem estar coletivo.

Especificamente, as disciplinas de Sociologia e Ensino Religioso revelam-se espaços privilegiados para aprofundar a cidadania, a ética e a cultura. A Sociologia, inserida nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, capacita os discentes a realizarem a análise crítica das estruturas sociais e também a promoverem os direitos humanos, fomentando o diálogo e o combate a preconceitos. Por sua vez, o Ensino Religioso, como componente curricular, no Ensino Fundamental, consolida-se como um componente essencial para assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa e a liberdade de consciência, promovendo a ética da alteridade e o diálogo entre diferentes perspectivas. Em ambos os casos, o foco está na formação de indivíduos críticos, éticos e culturalmente sensíveis, aptos a agir de forma consciente na sociedade.

Referente à sustentabilidade e à educação ambiental, a pesquisa estabeleceu uma ampla convergência entre as diretrizes federais (como a Matriz SAEB e documentos do MEC) e o Currículo do Estado do Espírito Santo. Essa convergência metodológica e conceitual enfatiza a superação da memorização em favor da análise crítica, do julgamento ético e da proposição de soluções contextualizadas, embora o currículo capixaba acrescente ênfases regionais. Paralelamente, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi consolidada como uma prática pedagógica essencial e tema transversal pelo marco legal (Lei nº 13.666/2018) e por programas como o PNAE e o PSE. A EAN exige um caráter transdisciplinar e multiprofissional, integrando-se em diversas áreas do conhecimento para promover a saúde e a construção de hábitos alimentares saudáveis e conscientes.

Apesar da consistência das bases teóricas e documentais da BNCC e dos currículos estaduais, a efetivação desses temas transversais enfrenta desafios significativos. O obstáculo mais premente é a necessidade de formação docente continuada e qualificada, visto que estudos apontam carências na formação inicial de professores, dificultando a inserção efetiva e a abordagem contextualizada de temas como a EAN. Portanto, a consolidação de uma educação verdadeiramente transformadora e integral requer não apenas políticas públicas robustas e a articulação entre setores (saúde e educação), mas também o investimento contínuo nos educadores e a adoção de metodologias ativas e participativas, garantindo que as diretrizes globais se concretizem na realidade local das escolas.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. C. E. S., FRANÇA, S. L. G. Educação alimentar e nutricional: uma experiência com professores do ensino básico. Práticas e Cuidado. Revista de Saúde Coletiva, 5, e16034, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/saudecoletiva/article/view/16034/15189> Acesso em: 21 ago. 2025.

BOFF, E.T., BERNARD, A. CARVALHO, G.S. (2021). Promoção da alimentação saudável no contexto do livro didático e do fazer docente. Revista eletrônica de Educação (Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade), 15, 1-22 (e4910061) Disponível em: <file:///C:/Users/camilla/Downloads/4910-24664-1-PB-1.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 2, 6 dez. 2007. https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1726-saudenaescola-decreto6286-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 ago. 2025. ago. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Matriz de Referência de Ciências da Natureza do SAEB**. Brasília: INEP, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir a educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Meio Ambiente, Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Brasília: MEC, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso 16 ago. 2025



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Currículo do Espírito Santo: Ciências da Natureza e suas Tecnologias – Ensino Médio**. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2020.

MOURA, F. N. de S.; BEZERRA, J. A. B.; LEITE, R. C. M. A educação alimentar e nutricional em cursos de pedagogia do estado do Ceará: da formação acadêmica aos desafios de ensino por professores formadores. *Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v.12, n.1, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/camilla/Downloads/6380-OK-Texto+do+artigo-25381-29639-15-20230525.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS, L. J. A. dos; COUTINHO, D. J. G. Educação alimentar e nutricional na escola: contribuições para a formação de hábitos saudáveis. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 11, n. 7, p. 2701–2720, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i7.20474. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20474/12365..> Acesso em: 16 ago. 2025.

SOUZA, Deise Rose Neiba da Cruz; SCHMITT, Flávio; KLEMZ, Charles. Temas contemporâneos transversais no Ensino Religioso. *Revista Unitas*, v. 11, n. 2, 2023.